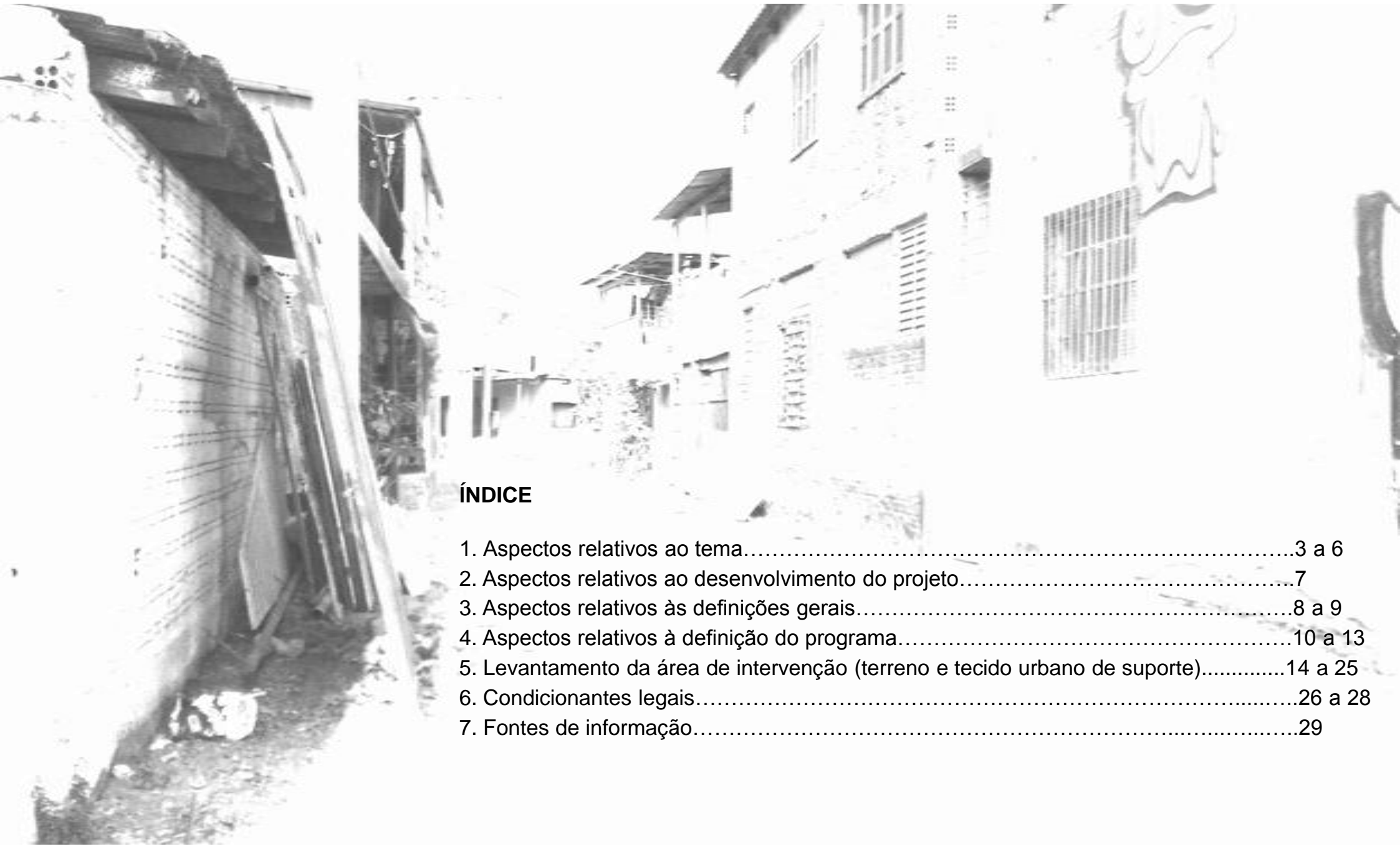


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA | CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

PROGRAMA DE HABITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA VILA SÃO PEDRO

**ACADÊMICA MARÍLIA BACKES
PROFESSOR ORIENTADOR JOÃO FARIAS ROVATI
2016/02**



ÍNDICE

1. Aspectos relativos ao tema.....	3 a 6
2. Aspectos relativos ao desenvolvimento do projeto.....	7
3. Aspectos relativos às definições gerais.....	8 a 9
4. Aspectos relativos à definição do programa.....	10 a 13
5. Levantamento da área de intervenção (terreno e tecido urbano de suporte).....	14 a 25
6. Condicionantes legais.....	26 a 28
7. Fontes de informação.....	29

1. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA

1.1. JUSTIFICATIVA

Em 2010, o censo do IBGE apontava para o número de 3.224.529 residências localizadas em 6.329 aglomerados subnormais no Brasil. Segundo o IBGE, um aglomerado subnormal é *“um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa”*. Cerca de 11 milhões de pessoas residem nestes aglomerados, ou seja, 6% da população brasileira.

O déficit habitacional do país em 2012, elaborado pela Fundação João Pinheiro, aponta ainda para o valor de 8,5%, representando 5.430.562 domicílios. O dado é composto por habitações em situação precária, de coabitação (famílias residentes em cômodos ou que convivem provisoriamente, com a intenção de se mudar), ônus (aluguel) ou adensamento excessivos.

Em resposta à esses dados verificamos hoje no Brasil políticas ainda muito deficientes para resolução dos conflitos urbanos e da crise habitacional. O país conta com uma história de lutas pela chamada “Reforma Urbana”, na busca de minimizar a dicotomia entre cidade formal e informal. Um momento importante dessa luta se deu em 2001, com a criação do Estatuto da Cidade, que possibilitou a criação de uma ordem jurídico-urbanística onde as funções sociais da da propriedade e da cidade são garantidas (KAPP, 2012).

Em 2003, criou-se o Ministério das Cidades para articular políticas habitacionais e urbanas, um Fundo Nacional de Habitação, e diversos órgãos e conselhos estaduais e municipais. No entanto, como apontado no texto “Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole” de Silke Kapp, há ainda uma dificuldade de aplicação dos instrumentos apresentados pelo Estatuto da Cidade quando em conflito com os interesses privados. Dentre estes instrumentos pode-se citar o IPTU progressivo e outros que tem por objetivo combater a lógica da especulação, gentrificação, vacância e irregularidade. Da mesma forma o Programa Minha Casa Minha Vida, principal política atual de ataque ao déficit habitacional, é também prejudicado ao submeter recursos públicos aos interesses das empresas privadas do setor imobiliário. São elas que propõem, planejam e executam, pressionando as prefeituras à implantar grandes empreendimentos com o número máximo de unidades, uma vez que a repetição se torna lucrativa para elas. As prefeituras recebem estas propostas como pacotes fechados e não conseguem ver outras maneiras de atacar o problema da habitação (KAPP, 2012).

A partir daí são construídos grandes condomínios fora dos limites da infraestrutura urbana já existente. Isso ocorre devido ao porte dos empreendimentos e ao valor da terra. Quanto mais afastado e desvalorizado o terreno, melhor para as empresas que executam o empreendimento, pois é daí que tiram seu maior lucro.

A construção destes condomínios acaba não atendendo de forma satisfatória a demanda habitacional da população à que se destina. Constrói-se parcelas de cidade desvinculadas com seu entorno e pobres de urbanidade. As unidades são pequenas e não levam em conta as características e necessidades das famílias que ali habitam. Perdem-se as relações de vizinhança presentes nas antigas comunidades e, mais importante, as relações de trabalho. Muitas vezes ocorre um processo de modificação e favelização dos novos condomínios ou mesmo êxodo de seus moradores para os locais de origem ou para novos assentamentos informais. Assim, todo o propósito da ação é perdido.

Em entrevista realizada no mês de junho de 2016 para o portal *Sul21* sobre o lançamento de seu novo livro *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*, a urbanista Raquel Rolnik fala sobre a contradição do processo de produção de moradias de forma massiva, transformadas em mercadoria e em “ativo financeiro”, e que não necessariamente atendem às necessidades das pessoas:

“Nosso problema no Brasil não é déficit de moradia. Isso é uma falácia. Nós temos um problema de déficit de cidade. Não temos produção de cidade suficiente para acolher a totalidade das pessoas.”
(WEISSHEIMER, 2016)

Neste contexto torna-se impressindível o desenvolvimento de novas políticas habitacionais que enfrentem de forma mais adequada o problema habitacional. Tais políticas requerem a reflexão e o preparo de técnicos e profissionais de diversas áreas, que precisam se instrumentalizar para o atendimento deste tipo de demanda e agir de forma conjunta.

Experiências como o Programa Favela Bairro, no Rio de Janeiro, e de outros programas, como o desenvolvido pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), apresentam alternativas diferenciadas de ataque ao problema habitacional. Estes programas entenderam as favelas como um fenômeno não transitório, de forma a integrar essas conformações à cidade formal, garantindo o acesso de seus moradores à infraestrutura, aos serviços públicos e à cidadania. No livro *Favela-Bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro*, como conceito estruturante da política fala-se de um “morar urbano” de direito do cidadão, em que “a habitação não é a casa, mas sua integração à estrutura da cidade segundo às exigências da vida moderna, cabendo à coletividade prover essa estrutura urbana.” (CONDE, MAGALHÃES; 2004)

O programas acima citados envolveram a gestão e planejamento de uma equipe do governo local, ou de uma empresa pública no caso de Belo Horizonte, que realiza o diagnóstico e elabora programas de intervenção conforme as diferentes demandas habitacionais que se apresentam na cidade. Nem sempre a realocação e demolição completa dos assentamentos é a solução mais adequada ou mesmo viável.

Baseado nessas experiências e tendo em vista a relevância social do tema da habitação em nosso país, este trabalho pretende apresentar uma solução adequada ao problema habitacional da Vila São Pedro de Porto Alegre.

1.2. RELAÇÃO ENTRE PROGRAMA, SÍTIO E TECIDO URBANO

Para trabalhar com a questão habitacional em Porto Alegre escolheu-se a comunidade já consolidada da Vila São Pedro, localizada a 5km do centro da cidade.

O assentamento da Vila São Pedro possui sua formação inicial datada da década de 1970, instalando-se em áreas pertencentes ao estado e ao Hospital Psiquiátrico São Pedro. Hoje a região encontra-se completamente urbanizada e é rodeada de equipamentos de grande porte como o Shopping Bourbon Ipiranga (em frente à Vila), a Pontifícia Universidade Católica (PUC), a Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS) e o Jardim Botânico. Também é ladeada por importantes eixos viários, representados pelas Avenidas Ipiranga, Bento Gonçalves e Dr. Salvador França (3ª Perimetral).

O assentamento retrata a realidade de comunidades situadas em zonas valorizadas da cidade que temem ações de despejo por forças da especulação imobiliária. Nesse sentido, a situação da Vila São Pedro assemelha-se a das vilas Salvador França e São Judas Tadeu, localizadas nas proximidades, também situadas em terrenos pertencentes ao estado e em processo de tramitação de sua regularização fundiária.

Como já foi apontado, a Vila São Pedro possui localização privilegiada no que tange ao acesso às redes de infraestrutura, serviços e equipamentos. No entanto, por sua situação morfológica, sócio-econômica e de estigma social, o acesso aqueles itens torna-se dificultado. O assentamento em si fica “escondido” no interior de um quarteirão, invisível ao olhos de todos e com limitada comunicação viária com seu exterior. Dessa forma, torna-se também um desafio para este trabalho a integração do sítio com seu entorno.



1.3. OBJETIVOS DA PROPOSTA

O trabalho tem como principal objetivo propor uma solução adequada para o problema habitacional da Vila São Pedro, condizente com as demandas da comunidade, que preserve seus valores e relações sociais e possibilite sua integração à cidade formal.

Pretende-se propor uma modalidade de intervenção que demande investimentos financeiros relativamente baixos, aumentando sua viabilidade econômica e seu alcance a partir de uma visão global da cidade, em que se realizem intervenções articuladas envolvendo diversas comunidades de Porto Alegre. Dessa forma, o projeto irá primar pela manutenção da configuração urbana e da maior parte das moradias existentes, preservando a morfologia peculiar do assentamento e as relações de vizinhança já estabelecidas na comunidade.

A intervenção deverá garantir a acessibilidade urbana do assentamento, melhorando as condições das vias e sua interligação com o tecido urbano em que se insere. Também deverá apresentar respostas para as necessidades de espaços públicos de lazer e convivência.

Quanto às moradias, o projeto deverá apresentar uma solução para as casas em situação de risco e em péssimas condições de saneamento e salubridade. O objetivo é projetar ao menos um edifício habitacional que abrigue as famílias destas casas, que deve ser implantado de forma estratégica na comunidade, “desafogando” o adensamento excessivo e contribuindo com a melhoria das condições de acessibilidade urbana e implantação de espaços públicos.

Esta edificação deverá ser proposta de forma a atender o máximo possível as necessidades diferenciadas das famílias a serem realocadas. Também deverá obedecer o requisito de uma construção de baixo custo e de qualidade, cumprindo a função de habitação social a ser viabilizada com recursos públicos através de uma política habitacional.

Em resposta às deficiências de infraestrutura das moradias a serem mantidas, o trabalho contemplará exemplos de um sistema de assessoria técnica a ser implantado na comunidade.



2. ASPECTOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

2.1. NÍVEIS E PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO PRETENDIDOS

O projeto se desenvolverá de forma a ir da escala macro à escala micro. Primeiramente serão realizados fluxogramas, diagramas e estudos iniciais de implantação dos novos espaços públicos, equipamentos e moradias. Após isso se trabalhará com definições do partido do edifício habitacional a ser proposto, com estudos de volumetria e planta. Também serão elaboradas plantas de maior definição para os espaços públicos e propostas de melhorias para duas casas existentes a serem mantidas na comunidade, exemplificando o Programa de Assistência Técnica. Na escala micro se trabalhará com o detalhamento da materialidade e acabamentos do novo edifício habitacional.

Abaixo os itens a serem apresentados como produto do projeto:

- Diagramas e fluxogramas de relação da área com o entorno;
- Plantas de localização, situação e implantação;
- Estudos de volumetria do novo edifício;
- Plantas dos espaços públicos;
- Plantas baixas, plantas de cobertura, cortes e fachadas do novo edifício;
- Plantas baixas, cortes e outros desenhos necessários para exemplificar uma aplicação o Programa de Assistência Técnica;
- Perspectivas externas e internas do novo edifício;
- Perspectivas dos espaços públicos;
- Cortes de pele e detalhes do novo edifício.
- Planilha de áreas;
- Maquete da área de projeto e entorno imediato.

2.2. METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE TRABALHO

A proposta se comprometerá, na medida do possível, com a realidade das necessidades e demandas da comunidade da Vila São Pedro. Foram e estão sendo feitas visitas de identificação de áreas potenciais e áreas a intervir. Também está se realizando junto ao Projeto de extensão Despertar da UFRGS uma consulta, através da aplicação de questionários, buscando ter uma noção pertinente do perfil das famílias habitantes da Vila e de suas condições de moradia. Os dados serão usados para embasar a proposição das novas moradias.

A definição dos espaços públicos e equipamentos a serem implantados levará em consideração aspectos valorizados pelos moradores nas conversas e entrevistas realizadas. Além destes dados serão utilizadas bibliografias e referências de projeto que reúnem boas soluções para intervenções urbanas em comunidades desse tipo, melhorias em espaços públicos e habitações de interesse social.



3. ASPECTOS RELATIVOS ÀS DEFINIÇÕES GERAIS

3.1. AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS ENVOLVIDOS E SEUS OBJETIVOS

A hipótese de implementação do Programa Habitacional proposto por este trabalho seria a criação de uma equipe multiprofissional do **Departamento de Habitação (DEMHAB)** do município, a quem caberia a direção e coordenação do processo. Essa equipe de planejamento e gestão seria responsável pelo diagnóstico, projeto de intervenção e acompanhamento relativo à aspectos sociais e de conservação dos espaços públicos. Outros atores envolvidos seriam a **população usuária e as lideranças comunitárias**, que exporiam suas demandas, pareceres e contribuições ao projeto através da realização de seções de consulta por parte da equipe gestora. O **Governo do Estado** entraria no processo através da concessão do uso de suas terras. Outros agentes seriam o **Ministério das Cidades (Governo Federal)**, responsável pela aprovação do projeto no Programa Minha Casa Minha Vida; o **agente financeiro** deste programa (Caixa Econômica Federal), que financiaria as moradias; e as **empresas construtoras** responsáveis pela execução do projeto.

No caso do Programa de Assessoria Técnica, este poderia ser viabilizado através de um programa de residência de arquitetos recém formados a ser implantado pela **UFRGS**. O financiamento das reformas partiria de recursos do **Governo Federal**, através da Lei de Assistência Técnica já existente.

3.2. PARÂMETROS DE CONTROLE: POPULAÇÃO URBANA E SUAS TAXAS DE CRESCIMENTO, POPULAÇÃO ALVO, DEMANDA POR ESPAÇO CONSTRUÍDO E EQUIPAMENTOS

Em fontes pesquisadas encontraram-se dados de que a população da Vila São Pedro, passados os oito primeiros anos do assentamento, era de aproximadamente 750 pessoas, que viviam em cerca de 150 domicílios. Um levantamento realizado em 2006 pelo COHRE (**Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos**) revelou os números de 280 moradias e 1026 habitantes. Em verificação feita no local constatou-se que o número de moradias se mantém praticamente o mesmo do encontrado no levantando de 2006. O terreno está completamente ocupado, o que inviabiliza um aumento do número de moradias. Sabe-se no entanto que a vila encontra-se em constante transformação, através de reformas, demolições e substituição das casas existentes.

A população alvo do projeto, comunidade da Vila São Pedro, caracteriza-se por uma maioria de pessoas na faixa etária adulta (44% segundo o levantamento do COHRE de 2006). A maioria das famílias recebe até 3 salários mínimos (97%), sendo que 58% recebe apenas até 1 salário mínimo. No item 5.7 são apresentados mais dados levantados este semestre através da pesquisa realizada junto ao Projeto Despertar da UFRGS.

Entre as demandas principais da comunidade estão a redefinição e qualificação das vias de acesso, sendo algumas muito estreitas e mal drenadas, sujeitas à alagamento; a melhoria das habitações, sendo que algumas estão em péssimas condições oferecendo risco ao moradores; a melhoria da infraestrutura urbana (rede de luz e esgoto); e a implantação de espaços públicos de convivência e de lazer para os moradores.

3.3. ASPECTOS TEMPORAIS: PRIORIDADES, PRAZOS E ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO

São consideradas como prioridades de implementação do projeto a realocação das famílias em péssimas condições de moradia e a pavimentação e reordenação das vias de acesso de forma a possibilitar a passagem de serviços importantes como caminhões de bombeiros.

As diretrizes do PMCMV estipulam o prazo máximo de 24 meses para a construção das habitações a partir da assinatura do contrato originário.

Dessa forma as etapas poderiam se suceder nesta ordem:

1. Remoção das moradias da área a ser implantada a nova edificação habitacional;
2. Qualificação das vias de acesso e construção do edifício;
3. Construção dos espaços públicos de convivência e lazer;
4. Construção dos equipamentos demandados pela comunidade;
5. Implementação do programa de Assistência Técnica.

3.4. ASPECTOS ECONÔMICOS: FONTES DE FINANCIAMENTO, VIABILIDADE ECONÔMICA DA PROPOSTA

A construção das novas moradias seria viabilizada com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, com financiamento através do PMCMV. O projeto trabalhará com habitações para o público da Faixa 1, de 0 a 3 salários mínimos. Portanto, os valores de aquisição dos imóveis permitidos em Porto Alegre para o PMCMV são de 56.000 reais para apartamentos e 55.000 para casas térreas.

As verbas para a qualificação dos espaços públicos poderão ser viabilizadas com recursos municipais a exemplo de várias obras já realizadas pelo DEMHAB.



4. ASPECTOS RELATIVOS À DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

4.1. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Edifício residencial:

Como já explicitado, o trabalho contará com pelo menos um edifício habitacional. Os apartamentos procuram atender as exigências do PMCV, que estabelece para a Faixa 1 (0 a 3 salários mínimos) uma sala, um dormitório para casal, um dormitório de solteiro para duas pessoas, uma cozinha, um banheiro e uma área de serviço. Tudo deverá somar no mínimo 39m² de área útil. Os padrões do PMCMV serão utilizados como referência, mas não necessariamente reproduzidos, podendo ser propostas soluções alternativas, como apartamentos com 3 dormitórios, por exemplo.

O edifício residencial poderá abrigar também espaços de uso coletivo, como uma área coberta sob pilotis para realização de eventos da comunidade. A edificação será proposta de forma integrada à espaços públicos de uso de toda os residentes da Vila.

Espaços públicos:

-Áreas de circulação: Deverão responder às necessidades de circulação de veículos motorizados, bicicletas e pedestres. Poderão ser criadas “áreas de recuo” para estacionamento temporário de carros de forma a não interromper a circulação em vias estreitas. Não será previsto um estacionamento efetivos de carros, tendo em vista a pouca disponibilidade de área no sítio, que deverá ser aproveitada com necessidades mais vitais da comunidade. Como alternativa serão propostos bicicletários, entendendo o uso da bicicleta como um meio de transporte a ser incentivado nos ambientes urbanos.

-Espaços de lazer e desenvolvimento de atividades coletivas: Serão projetados espaços de estar com bancos, fortalecendo as relações de convívio entre os moradores, um playground, uma academia ao ar livre e uma horta comunitária, todas essas demandas apontadas pelos próprios moradores. Há uma carência na comunidade de espaços voltados para o uso do público jovem, para tanto pensou-se em espaços como uma quadra poliesportiva e uma pista de skate. Além disso, também será proposto um pequeno anfiteatro ao ar livre, que funcionaria como ambiente de estar e pequenas apresentações.

Equipamentos:

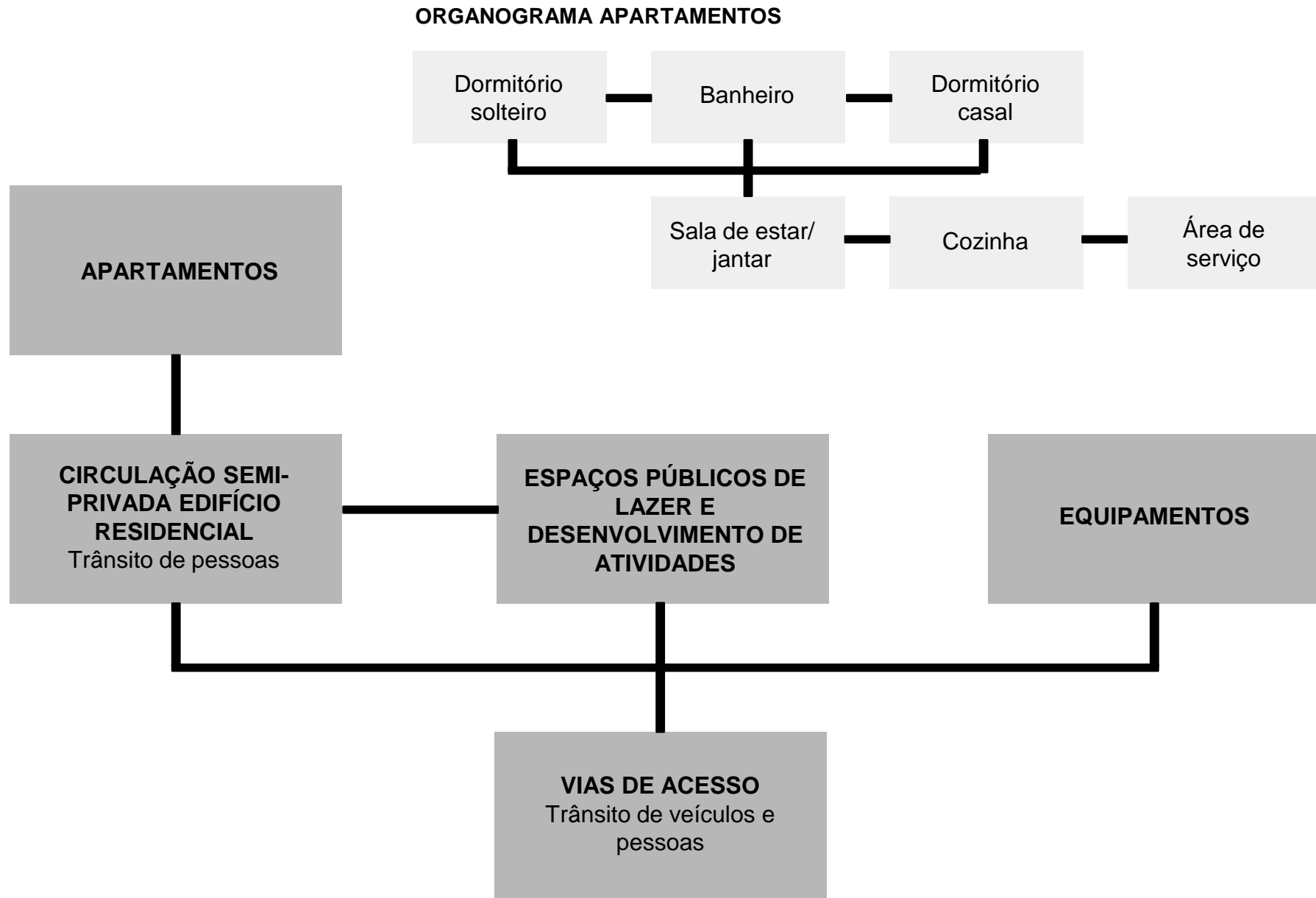
A comunidade já possui uma creche e um espaço de realização de atividades de contraturno com crianças. O principal equipamento demandado é um posto de saúde. Os equipamentos não serão projetados neste trabalho, apenas alocados. Portanto o item constará na lista apenas para fins de dimensionamento básico para sua implantação.

4.2. TABULAÇÃO

	UNIDADE ESPACIAL	ATRIBUTOS	MOBILIÁRIO MÍNIMO	POPULAÇÃO (ESTIMATIVA)	ÁREA (ESTIMATIVA)
Espaços Privados	Sala de estar/refeições	Área de entrada	Sofás, mesa jantar e estante	4 a 6 pessoas	Aprox. 8m ²
	Cozinha	Americana ou não	Pia, fogão e geladeira	1 a 2 pessoas	Aprox. 6m ²
	Área de serviço	Ventilada	1 tanque e 1 máquina	1 pessoa	Aprox. 2m ²
	Banheiro	Larg. mín. 1,50	Lavatório, vaso sanitário e box do chuveiro	1 pessoa	Aprox. 3m ²
	Dormitório casal	Boa ventilação e iluminação	1 cama, 1 criado mudo e 1 roupeiro	1 a 2 pessoas	Aprox. 9m ²
	Dormitório solteiro	Boa ventilação e iluminação	2 camas, 1 criado mudo e 1 roupeiro	2 a 3 pessoas	Aprox. 9m ²
				TOTAL	Aprox. 37m ²
Espaços semi-privados	Circulação edifício residencial	Corredor e escadas	Não se aplica	Indeterminado	Indeterminado

	UNIDADE ESPACIAL	ATRIBUTOS	MOBILIÁRIO	POPULAÇÃO (ESTIMATIVA)	ÁREA (ESTIMATIVA)
Espaços Públicos	Vias de circulação	Pavimentadas, drenadas e iluminadas	Postes de iluminação	Indeterminada	Indeterminada
	Área coberta para eventos	Pode estar em área sob pilotis do edifício res.	Pequeno palco	200 pessoas	200m ²
	Áreas de estar	Espaço de encontro, contemplação e lazer com áreas de sombra	Bancos, mesas para jogos, postes de iluminação e lixeiras	Indeterminada	Indeterminada
	Playground		Brinquedos variados	20 pessoas	150m ²
	Academia ao ar livre		Equipamentos variados	10 pessoas	100m ²
	Horta comunitária	Cultivo de temperos e chás	Torneira	5 pessoas	30m ²
	Quadra poliesportiva	Iluminada	Postes de iluminação, rede, goleiras e cestas de basquete	50 pessoas	364m ²
	Pista de skate	Iluminada, podendo não ser única, com equipamentos espalhados pela comunidade	Postes de iluminação, rampa e equipamentos variados	30 pessoas	150m ²
	Espaço tipo anfiteatro	Espaço de estar e pequenas apresentações	Postes de iluminação	60 pessoas	80m ²
	Bicicletários	Junto ao edifício residencial e outros espaços e equipamentos importantes	Bicicletário	Variável	1m ² por bicicleta
Equipamentos	Posto de saúde		Não se aplica	50 pessoas	150m ²

4.3. ORGANOGRAMA



5. LEVANTAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

5.1. CONTEXTO URBANO

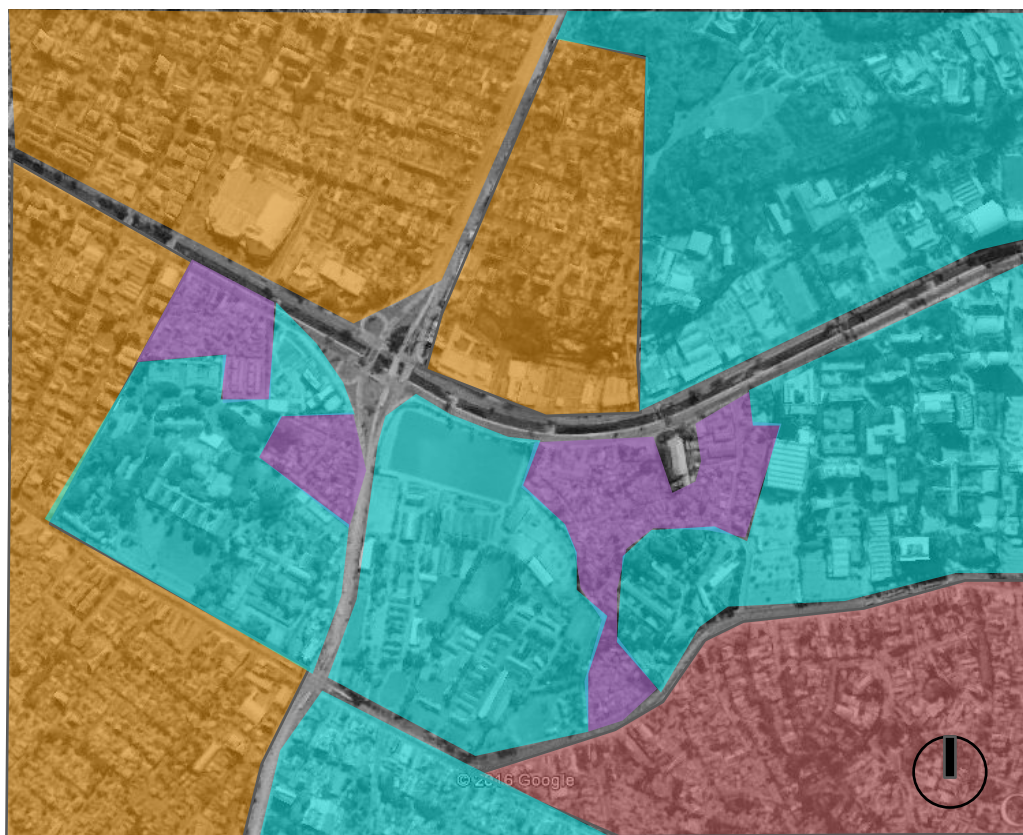
O assentamento da Vila São Pedro está a aproximadamente 5km do centro de Porto Alegre, em área de urbanização consolidada. Pertence à Macrozona 1 do PPDUA, região caracterizada como a mais estruturada da cidade, abrangendo a região do centro até a 3ª Perimetral (Av. Dr. Salvador França).

Quanto à infraestrutura viária, a vila é rodeada pelas Av. Ipiranga ao norte e Av. Bento Gonçalves ao sul, ambas vias importantes de ligação com o centro de Porto Alegre a um dos extremos e com a cidade de Viamão no outro. À leste está situada a Av. Dr. Salvador França (3ª Perimetral), eixo de ligação entre Zona Norte e Zona Sul. A comunidade é suprida por cerca de 37 linhas de ônibus que passam nas Av. Salvador França, Ipiranga e Guilherme Alves.




Na região existem equipamentos de grande porte como a PUC, o Shopping Bourbon Ipiranga, a AMRIGS, o Jardim Botânico, o Campus Olímpico da UFRGS e o Hospital Psiquiátrico São Pedro. Sendo uma área bem estruturada e constante em zona de com incentivo à miscigenação pelo PPDUA, há a possibilidade de um adensamento gradual ao longo dos anos, visto que a maioria das edificações é baixa, de até 4 pavimentos e existem muitas edificações com apenas um ou dois pavimentos.



A maior parte da região apresenta uma malha regular, de quarteirões e lotes retangulares. As excessões na morfologia são caracterizadas pelas ocupações irregulares e propriedades institucionais onde as edificações se dispõem de forma mais rarefeita no território.



LEGENDA

- | | | | |
|---|--|---|--|
|  | Traçado regular |  | Traçado orgânico - lotes forma irregular |
|  | Traçado orgânico - lotes forma regular |  | Áreas de ocupação dispersa |

5.2. MORFOLOGIA DA ÁREA DE TRABALHO

A morfologia da Vila São Pedro caracteriza-se por casas dispostas de forma irregular no sítio. As residências possuem em sua maioria um ou dois pavimentos. As vias de acesso são de traçado orgânico, limitadas pela forma como foram se dipondo as casas. Os únicos espaços públicos que não se destinam à circulação são os resultantes de demolições de casas. Na área urbanizada da comunidade ao sul (Projeto Morada São Pedro - ver item 5.5) há ainda dois espaços abertos de formato triangular, onde está situado um playground (degradado) e um campinho de futebol.

MAPA FIGURA E FUNDO



5.3. USO DO SOLO

Além do uso predominantemente residencial, a comunidade possui um grande número de armazéns e bares, além de Galpões de Reciclagem, sendo que há um número considerável de moradores que trabalham como catadores de material reciclável. Os principais equipamentos são uma creche, a sede do “Projeto Cataventos”, com atividades de contraturno para crianças, e um salão de festas.

Outro equipamento situado fora da comunidade e bastante utilizado pelos moradores é o Instituto Vida Solidária, onde são realizados atendimentos médicos e onde funciona o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (antigo SASE), com atividades para crianças de 6 a 14 anos.

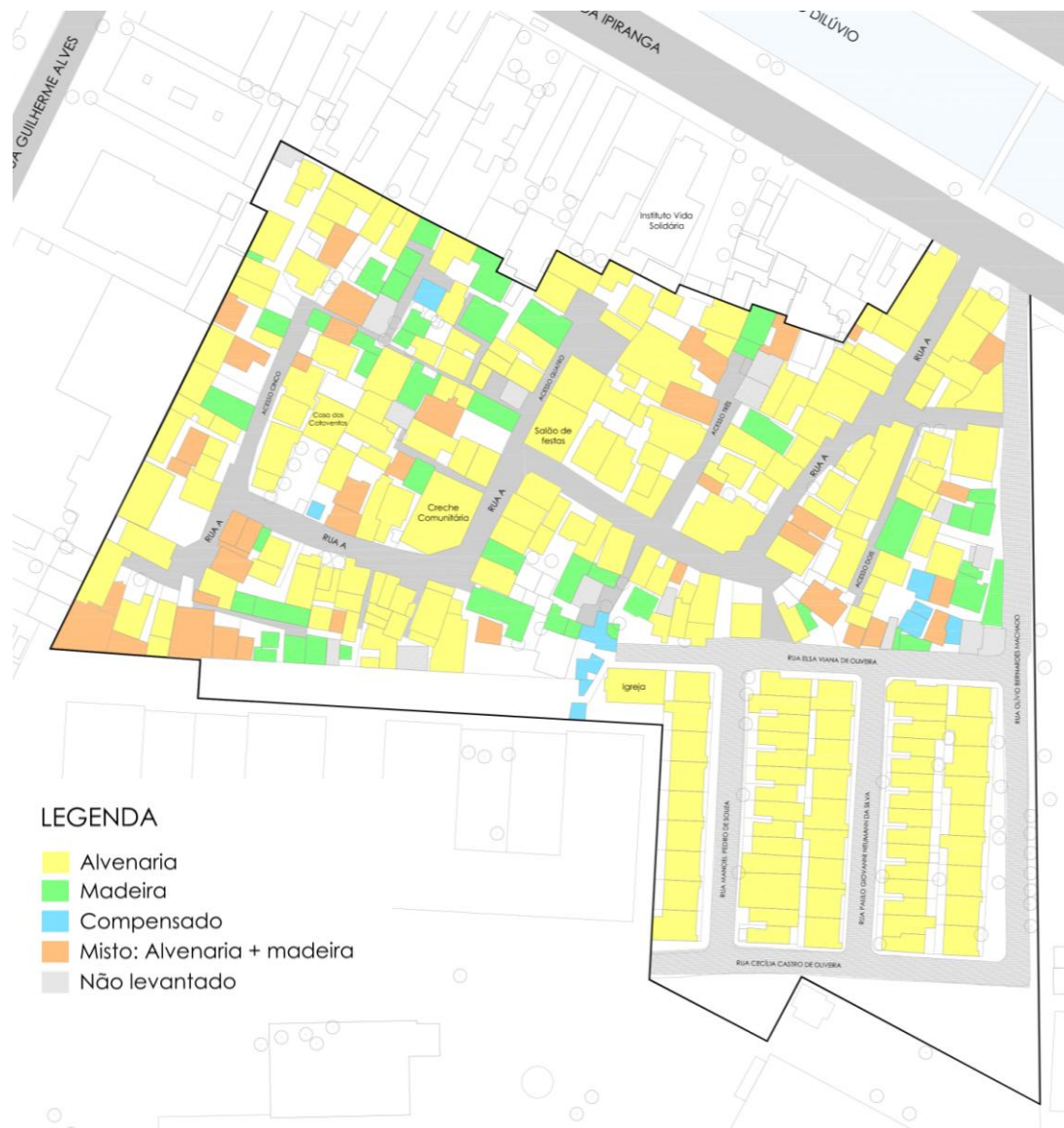


LEGENDA

- Galpão de reciclagem/Depósito de lixo
- Comércio (Bar/ Mini-mercado)
- Residencial
- Instituição ou equipamento
- Ruína/em construção
- Sem uso
- Misto: Residencial + outros serviços
- Misto: Residencial + Comércio (Bar/Mini-mercado)
- Misto - Residencial + Reciclagem

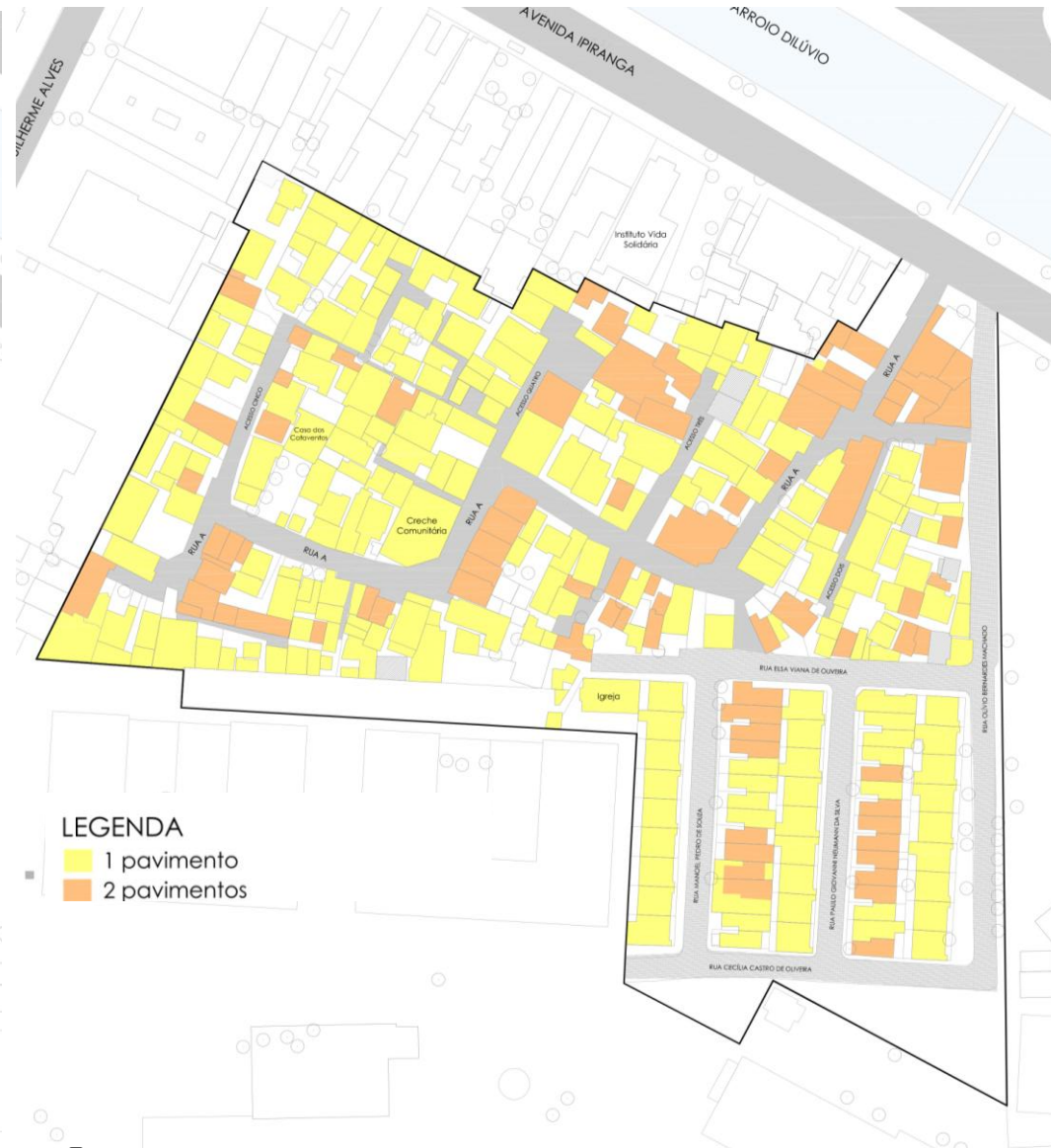
5.4. CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS

Abaixo o mapeamento do tipo de material das casas encontrados e número de pavimentos das edificações.



- LEGENDA**
- Alvenaria
 - Madeira
 - Compensado
 - Misto: Alvenaria + madeira
 - Não levantado

MAPA TIPOS DE MATERIAIS DAS EDIFICAÇÕES



- LEGENDA**
- 1 pavimento
 - 2 pavimentos

MAPA ALTURAS

5.7. ANTECEDENTES: HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, DINÂMICA ESPACIAL E FUNCIONAL, VALORES E SIGNIFICADOS

Segundo o livro “Família Fofoca e Honra” da autora Claudia Fonseca a comunidade da Vila São Pedro, também conhecida como Vila Cachorro Sentado, surgiu no ano de 1974. Sua população logo se tornou expressiva devido à erradiação de outras vilas vizinhas. Em 1982 já haviam no local 150 casas.

Os moradores eram em sua maioria descendentes de agricultores sem terra, mas eram de origem essencialmente urbana, tendo se mudado para Porto Alegre há uma geração ou mais. Em seu livro a autora Claudia Fonseca descreve o perfil das famílias na década de 80:

Os homens adultos, analfabetos na sua maioria, são mestiços de origem italiana, açoriana, alemã, polonesa, mas principalmente afro-brasileira; ganham a vida como papeleiros, guardas-noturnos, biscateiros e operários intermitentes da construção civil. As mulheres, quando trabalham, são faxineiras. Alguns dos jovens completam suas rendas como roubo e as mulheres, de todas as idades, praticam a mendicância (FONSECA, 2000, p. 17).

Dentro da comunidade se formou um cotidiano próprio e particular, com fortes relações sociais e de interdependência (troca de favores) entre os moradores. No interior de seus limites não existia o anonimato das grandes cidades. Desde seu princípio a Vila possuía apenas uma entrada, o que aumentava o contato visual dos moradores em suas indas e vindas. Boa parte deles inclusive não necessitava sair da vila em sua vida diária, percorrendo as ruelas muitas vezes apenas pelo prazer do encontro (FONSECA, 2000).

Até hoje a comunidade se caracteriza por constituir um “mundo à parte” em relação ao seu entorno. De fora, da Av. Ipiranga, pouco se pode ver da comunidade. Ao entrar nos deparamos com um cotidiano vívido, com um grande fluxo pessoas e de veículos de fornecedores de produtos para abastecimento dos inúmeros armazéns que ali existem. Todos se conhecem e estão em constante interação. Em depoimento, uma moradora chega a afirmar que se sente mais segura dentro dos limites da comunidade.

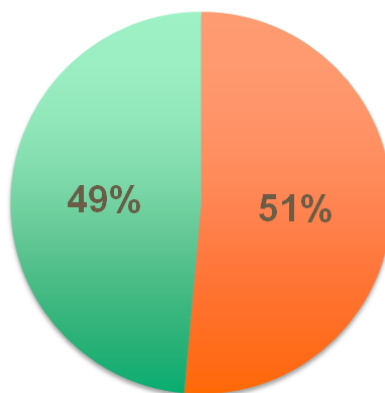
A principal intervenção espacial realizada nos últimos anos na Vila ocorreu através da implantação do Projeto Morada São Pedro nos anos 2000. O projeto, de iniciativa do Governo Estadual, previa a reurbanização e regularização fundiária das Vilas Salvador França e Vila São Pedro, porém, apenas uma parte foi executada. As casas abrigam moradores da Vila São Pedro e de ex-internos do Hospital Psiquiátrico São Pedro, com o objetivo de integrá-los de volta à sociedade. Hoje em dia a maioria das casas passou por alterações feitas pelos próprios moradores.

5.8. ASPECTOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DA POPULAÇÃO RESIDENTE E USUÁRIA

A seguir alguns gráficos resultantes da pesquisa que realizei junto à equipe do projeto de extensão Despertar da UFRGS, coordenado pela Prof. Tatiana Reidel do Serviço Social. O levantamento foi realizado este semestre por mim e pelos bolsistas Alnilam Orga (Jornalismo), Amanda Costa (Psicologia), Camila Bengo (Jornalismo), Johnny dos Santos (Nutrição), Marcelo Roncato (Geografia), Mariana Robin (Nutrição) e Vitória Nunes (Biomedicina). Aplicou-se um questionário com o objetivo de verificar as condições de moradia dos habitantes da comunidade, assim como suas demandas e alguns dados sociais das famílias.

Os número de moradores envolvidos na pesquisa foi de 634. A maior parte da população é adulta (49%), há um grande número de crianças e jovens (somados 46%) e poucos idosos (5%). A maior parte da população não completou o Ensino Fundamental (67%), sendo que 11% destes não possui escolarização.

■ Mulheres ■ Homens

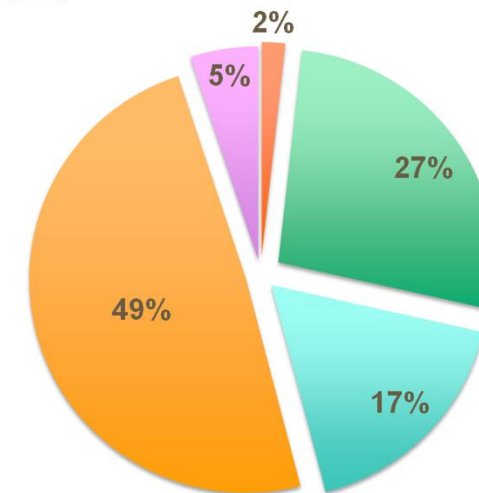


Percentagem de homens e mulheres

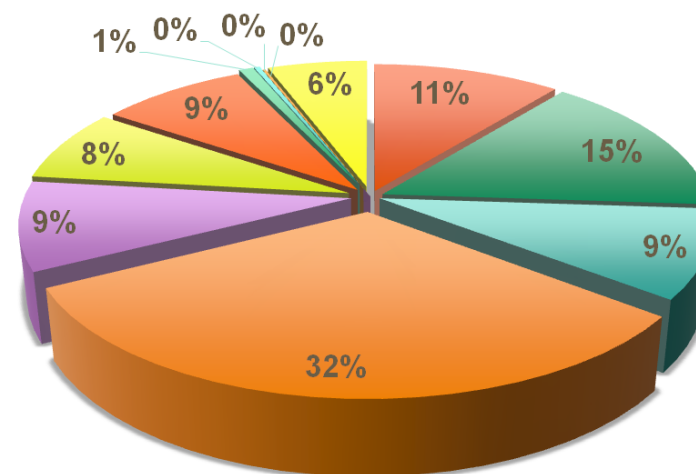
Mulheres: 326
Homens: 308

Total de moradores pesquisados: 634

■ Bebês (<1) ■ Crianças (1 aos 11)
■ Adolescentes (12 aos 19) ■ Adultos (20 aos 59)
■ Idosos (>59)



Faixas etárias



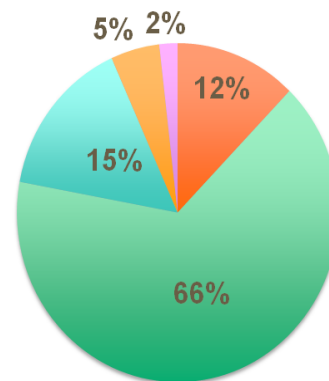
■ Sem escolarização
■ Ensino Básico Incompleto
■ Ensino Básico Completo
■ Ensino Fund. Incompleto
■ Ensino Fund. Completo
■ Ensino Médio Incompleto
■ Ensino Médio Completo
■ Superior Incompleto
■ Superior Completo
■ Pós Graduação
■ Creche

Escolaridade

Quanto às faixas de renda, comprovou-se que a maior parte da população recebe menos de 3 salários mínimos, enquadrando-se na Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida. Conforme o gráfico, pode-se verificar que apenas 7% da população recebe mais de 3 salários mínimos. Das 184 residências pesquisadas, 8% abriga também algum uso comercial ou de serviço na comunidade.

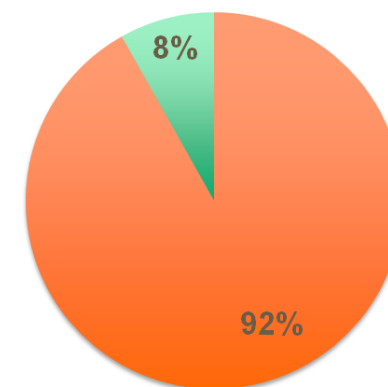
Quanto às condições de moradia, foi realizada uma classificação utilizando uma escala que vai de “Muito Precária” à “Muito boa”. A mesma classificação foi feita pelos pesquisadores e pelos moradores em relação às suas próprias residências. Na página à seguir pode-se ver o mapeamento resultante dessa classificação.

■ <SM ■ 1 a 2 SM ■ 2 a 3 SM ■ 3 a 4 SM ■ >4 SM



Faixas de renda

■ Residencial ■ Residencial + outro

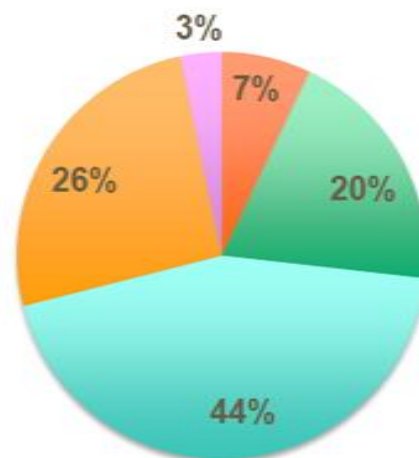


Usos das moradias

Total de moradias pesquisadas: 184

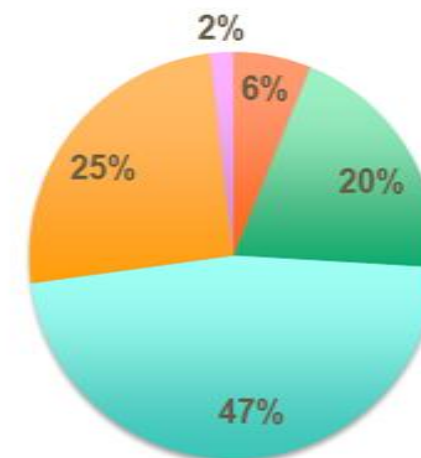
Pesquisadores

■ Muito precária ■ Precária ■ Razoável ■ Boa ■ Muito boa

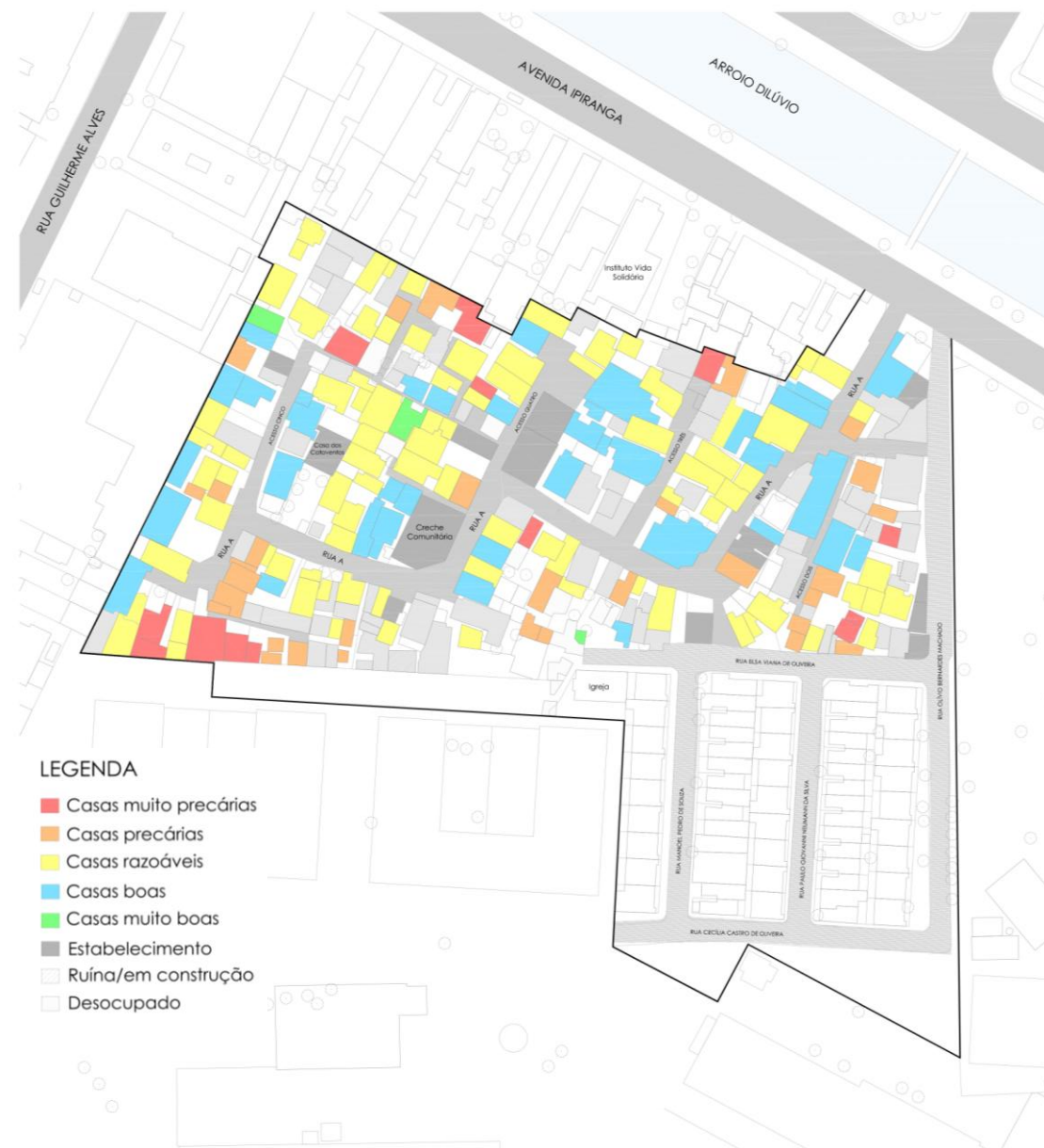
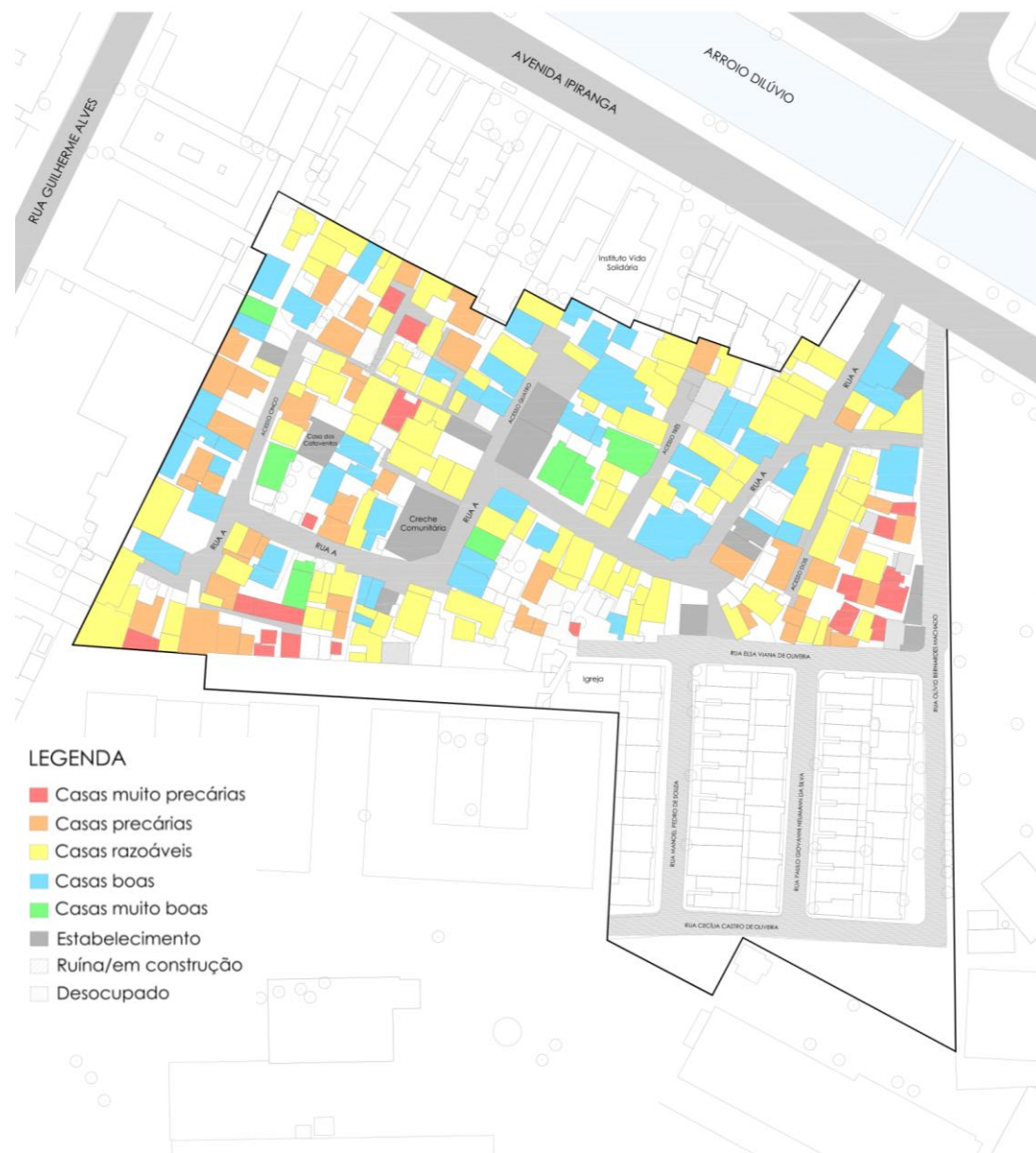


Moradores

■ Muito precária ■ Precária ■ Razoável ■ Boa ■ Muito boa



Condições das moradias



1 MAPEAMENTO CONDIÇÕES DE MORADIA
LEVANTAMENTO PESQUISADORES

1 MAPEAMENTO CONDIÇÕES DE MORADIA
OPINIÃO DOS MORADORES

5.8.1. DEMANDAS E PROBLEMAS APONTADOS PELOS MORADORES

Abaixo algumas demandas e problemas apontados pelos moradores na pesquisa realizada.

PROBLEMAS

- Problemas nas redes de esgoto e instalações elétricas existentes;
- Ruas que embarram quando chove;
- Acúmulo de lixo das vias;

DEMANDAS

- Construção de novas casas ou melhorias nas casas existentes e infraestrutura básica (rede de luz e esgoto cloacal e pluvial);
- Pavimentação das ruas;
- Melhorias na praça e campinho existentes;
- Atividades de contraturno com jovens dentro da Vila;
- Atividades para idosos;
- Aulas de reforço e cursos de formação profissional;
- Posto de saúde;
- Centro comunitário/ sede da Associação de Moradores/ clube de mães;
- Galpão de Reciclagem;
- Locais geradores de emprego;
- Mais iluminação pública.

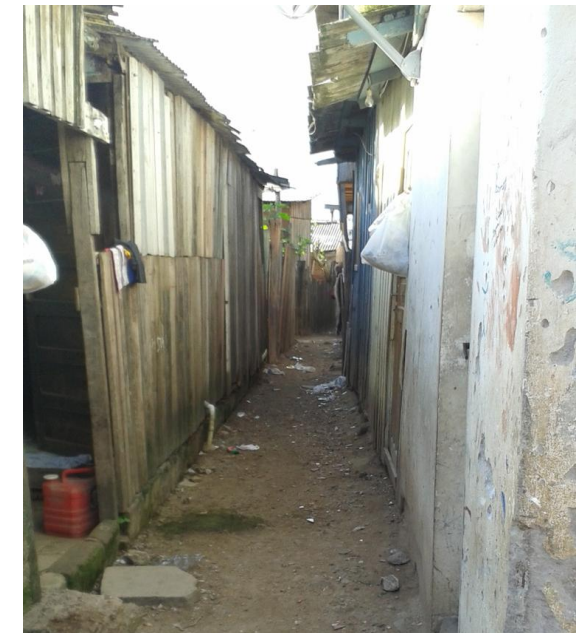
5.9. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



Entrada da Vila São Pedro a partir da Av. Ipiranga

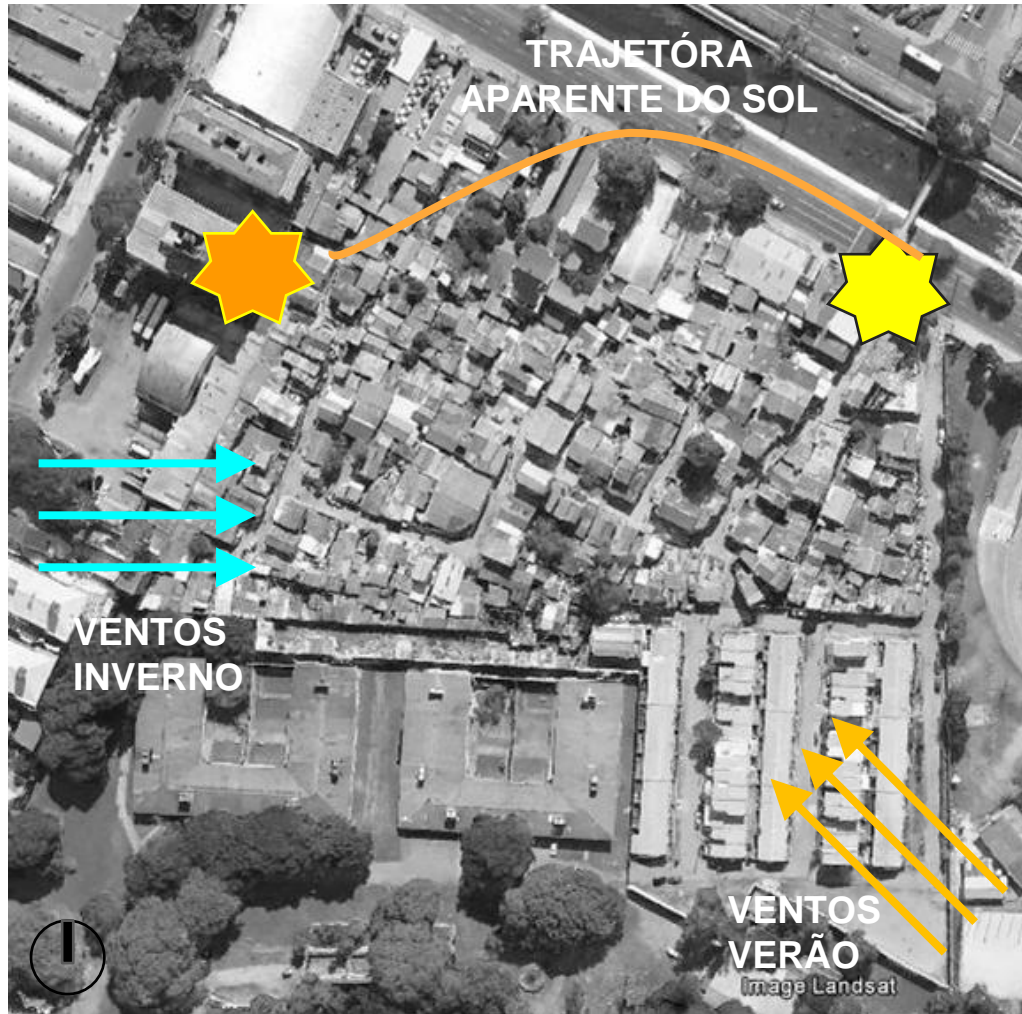


Projeto Morada São Pedro – Parte da comunidade reurbanizada nos anos 2000



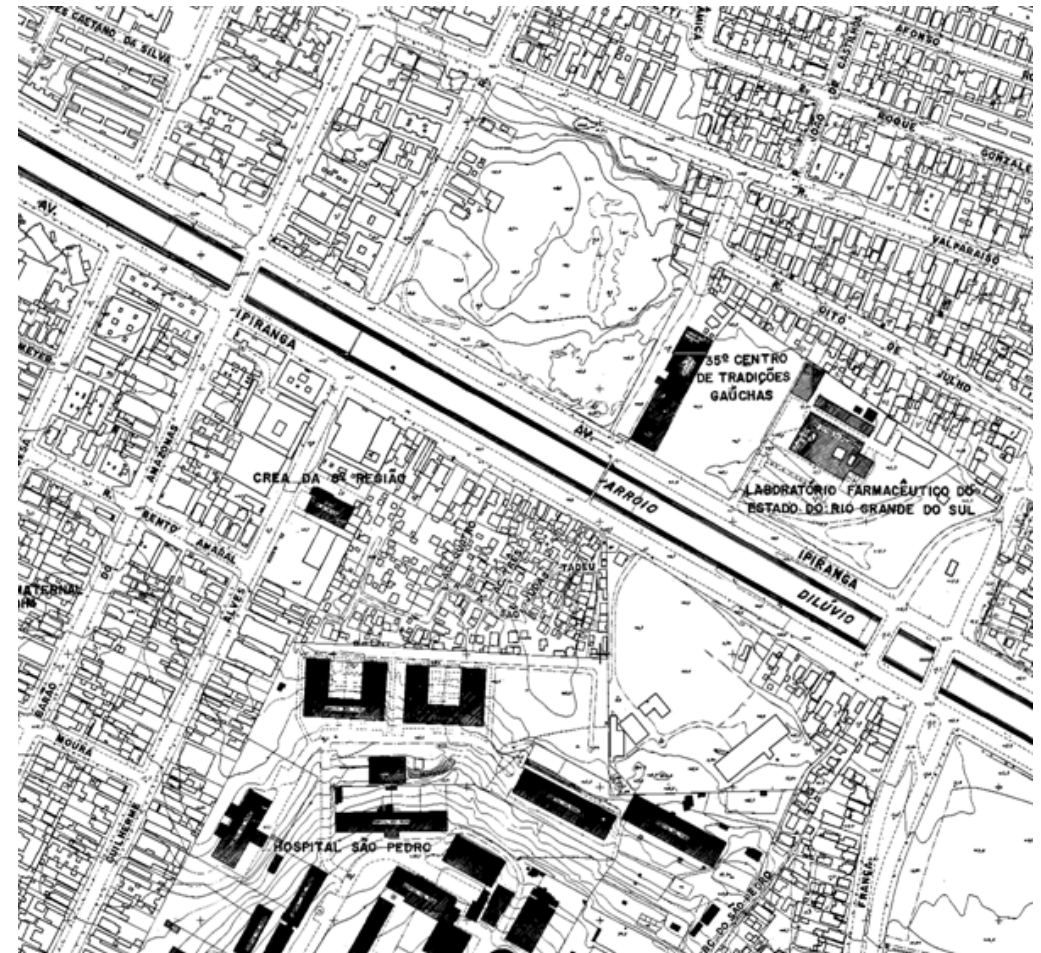
Espaço público já existente na comunidade.

5.10. MICRO-CLIMA



Ventos: nos meses quentes do ano (outubro a abril), o vento predominante em Porto Alegre, quente e úmido, sopra num ângulo de sul a sudeste. Nos meses frios do inverno (maio a setembro), o vento predominante vem de oeste, frio e úmido.

5.11. LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E OUTROS DOCUMENTOS HISTÓRICOS



AEROFOTOGRAMÉTRICO
ADMINISTRAÇÃO ALCEU COLARES





LEVANTAMENTO PLANI-ALTIMÉTRICO

Este levantamento foi realizado a partir de levantamentos já existentes, imagens de satélite e verificações no local.

ÁREA APROXIMADA DO SÍTIO: 2,8ha
Escala 1/1000

6. CONDICIONANTES LEGAIS

6.1. ESTATUTO DA CIDADE

O Estatuto da Cidade trás como primeira diretriz da política urbana a garantia do direito a cidades sustentáveis, **“entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer (...)”**. A segunda diretriz se refere à gestão democrática, **“por meio da participação das população e de associações representativas dos vários segmentos das comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”**.

No capítulo II são apresentados os instrumentos da política urbana a fim de promover o equilíbrio ambiental e social das cidades. A seção VI dispõe sobre a “Concessão de uso especial para fins de moradia” que foi adquirida pela comunidade em da Vila São Pedro em 2010 através de ações realizadas pela ONG COHRE. Essa seção aparece com seus artigos vetados na última atualização da lei.

O capítulo III dispõe sobre os Planos Diretores, outro instrumento da política urbana: **“A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas (...)”**. Neste capítulo menciona-se a possibilidade de criação das Áreas Especiais de Interesse Social, que serão descritas no item a seguir.

6.2. PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A área Vila São Pedro pertence à *Macrozona 1 - Cidade Radiocêntrica: engloba o território compreendido pelo Centro Histórico e sua extensão até a III Perimetral, constituindo a área mais estruturada do Município, com incentivo à miscigenação.*

Os terrenos voltados para a Av. Ipiranga permitem as densidades de 385 hab/ha e 110 econ./ha. Fomenta-se a ocupação mista, sendo que o I.A. é de 1,9 e a altura máxima de 52 metros.

A área no interior do quarteirão pertencente à Vila está classificada como Área Especial de Interesse Social 1, com regime urbanístico particular:

AEIS I - assentamentos autoproduzidos por população de baixa renda em áreas públicas ou privadas, aplicando-se as Leis Complementares nºs 242, de 10 de janeiro de 1991, e 251, de 26 de julho de 1991, que dispõem sobre a Concessão de Direito Real de Uso - CRDU -, nos termos da Lei Orgânica do Município, art. 1º do Ato das Disposições Orgânicas, Gerais e Transitórias, quando se tratar de bens públicos municipais;

Segundo o PPDUA, As áreas instituídas como AEIS I e II integrarão os programas de regularização fundiária e urbanística, com o objetivo da manutenção de Habitação de Interesse Social, sem a remoção dos moradores, exceção feita às moradias em situação de risco e em casos de excedentes populacionais.

As áreas de entorno do Hospital Psiquiátrico São Pedro também são classificadas como Áreas de Interesse Cultural, com interesse de preservação.

6.3. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O Programa Minha Casa Minha Vida é instituído pela lei de nº 11.977 com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais através de financiamentos com recursos da União. A modalidade utilizada neste projeto será a faixa 1, para famílias com renda mensal bruta de até 3 salários mínimos. Nesta modalidade, o programa pode custear até 90% do valor do imóvel.

Abaixo algumas especificações mínimas definidas pela Caixa (Agente financeiro) para construção das habitações:

- Apartamentos com sala, 1 dormitório para casal e 1 dormitório para duas pessoas, cozinha, área de serviço e banheiro;
- Área útil de 39m²;
- Pé-direito mínimo de 2,30 nas áreas molhadas e 2,50 nos demais cômodos.
- Cobertura sobre a laje em telha cerâmica ou de fibrocimento, com estrutura de madeira ou metálica.
- Revestimentos externos e internos com massa única;
- Para reservatório elevado de água potável em condomínio, prever instalação de no mínimo duas bombas de recalque com manobra simultânea.

6.4. LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Lei nº 11.888 assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. É destinada às famílias com até 3 salários mínimos, sendo que a garantia dos serviços é efetivada por apoio financeiro da União dos Estados.

“(…) A assistência técnica pode ser oferecida **diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem.** (…) Os serviços de assistência técnica devem priorizar as iniciativas a serem implantadas:

I - sob regime de mutirão;

II - em **zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social.**”

A seleção dos beneficiários dos serviços devem ocorrer por meio de sistemas de atendimento implantados por órgãos colegiados municipais. Na seleção e contratação dos profissionais, deve ser garantida a participação de entidades profissionais de arquitetos e engenheiros, através de convênio ou parceria com o ente público responsável. Os serviços podem ser prestados por:

I - servidores públicos;

II - integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;

III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área;

IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município.

6.5. NORMAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Deverão ser atendidas as necessidades de saída de emergência para edificações do tipo A-2, Habitação Multifamiliar, conforme a Lei Complementar 14.376, em vigência no Rio Grande do Sul. Segundo a Resolução Técnica 11, que dispõe sobre saídas de emergência, para edificações com altura menor que 12m poderão ser propostas escadas não enclausuradas. As distâncias a percorrer da rota de fuga são de 45m no pavimento de saída e de 40 metros para os demais pavimentos (edificações com uma saída).

6.6. NORMAS DE ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

Os espaços públicos deverão levar em conta as definições da NBR-9050, cumprindo as exigências de altura de corrimãos (92cm para escadas e 92 e 70cm para rampas), rampas de inclinação de até 8,33% e largura mínima das escadadas de 1,20m.

No caso da existência de apartamentos destinado à deficientes, deverá ser levar-se em conta exigências como portas de 80cm, áreas de circulação de largura de 90cm e previsão de áreas de manobra.



7. FONTES DE INFORMAÇÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DE ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

TOLEDO, Luis Carlos; NATIVIDADE, Veronica; VRCIBRADIC, Petar.

Repensando as Habitações de Interesse Social. Rio de Janeiro : Letra Capital : FINEP ; Brasília, DF : CNPq, 2014.

MAGALHÃES, Sérgio Ferraz.CONDE, Luis Paulo. Favela-bairro: Uma outra história da cidade do Rio de Janeiro. ViverCidades, 2004

NOTAS Técnicas. Censo Demográfico 2010: Aglomerados subnormais - Informações territoriais. IBGE, 2010. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subnormais/Aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 16 ago 2016.

Fundação João Pinheiro (FJP); Centro de Estatística e Informações (CEI). DÉFICIT HABITACIONAL TOTAL, RELATIVO E POR COMPONENTES. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/menu/deficit-habitacional/deficit-habitacional-no-brasil>. Acesso em: 16 ago 2016.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. Cad. Metrop., São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 463-483, jul/dez 2012. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca_2/arquivos/Kapp%202012%20Direito.pdf. Acesso em ago 2016.

ELIAS, Juliana. FGV: Brasil precisa de R\$76 bi ao ano para serar o déficit habitacional. Jornal Vaol. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3733244/fgv-brasil-precisa-de-r-76-bi-ao-ano-para-zerar-deficit-habitacional>. Acesso em ago 2016.

FONSECA, Claudia. Família, Fofoca e Honra. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MULLER, Cristiano; AZEVEDO, Karla Fabrícia Moroso S. de, BORGES, Viviane Florindo. A luta pelo direito à moradia da Vila São Pedro - a regularização fundiária enquanto política de acesso a terra urbanizada. 2º Congresso Internacional Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social. 2012.

COHRE. Projeto Urbanização, Regularização e Integração e Integração de Assentamentos Precários - Vila São Pedro. Etapa III: Atualização do Cadastro socioeconômico. 2006.

CAIXA. Manual Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf. Acesso em: ago 2016.

BIBLIOGRAFIA A SER UTILIZADA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO

TOLEDO, Luis Carlos; NATIVIDADE, Veronica; VRCIBRADIC, Petar. Repensando as Habitações de Interesse Social. Rio de Janeiro : Letra Capital : FINEP ; Brasília, DF : CNPq, 2014.

MAGALHÃES, Sérgio Ferraz.CONDE, Luis Paulo. Favela-bairro: Uma outra história da cidade do Rio de Janeiro. ViverCidades, 2004

MARILIA BACKES
Cartão 191139

Vínculo em 2016/2

Curso: ARQUITETURA E URBANISMO
Habilitação: ARQUITETURA E URBANISMO
Currículo: ARQUITETURA E URBANISMO

HISTÓRICO ESCOLAR

Lista das atividades de ensino de graduação cursadas pelo aluno na UFRGS

Ano Semestre	Atividade de Ensino	Turma	Conceito	Situação	Créditos
2016/1	EVOLUÇÃO URBANA NO BRASIL	U	A	Aprovado	3
2016/1	TÉCNICAS RETROSPECTIVAS	A	A	Aprovado	4
2016/1	CLIMATIZAÇÃO ARTIFICIAL - ARQUITETURA	U	B	Aprovado	2
2016/1	URBANISMO IV	B	A	Aprovado	7
2016/1	PROJETO ARQUITETÔNICO VII	A	C	Aprovado	10
2015/2	PROJETO ARQUITETÔNICO VI	D	B	Aprovado	10
2015/2	URBANISMO III	B	B	Aprovado	7
2015/2	PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA	B	A	Aprovado	4
2015/2	LEGISLAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA ARQUITETURA	U	B	Aprovado	2
2015/2	ECONOMIA E GESTÃO DA EDIFICAÇÃO	B	B	Aprovado	4
2015/1	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO B	U	A	Aprovado	4
2015/1	PROJETO ARQUITETÔNICO V	D	C	Aprovado	10
2015/1	URBANISMO II	B	B	Aprovado	7
2015/1	PRÁTICAS EM OBRA	E1	A	Aprovado	4
2014/2	ESTRUTURAS DE AÇO E DE MADEIRA A	U	A	Aprovado	4
2014/2	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO A	U	B	Aprovado	4
2014/2	URBANISMO I	A	B	Aprovado	6
2014/2	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM OBRA I	D	B	Aprovado	2
2014/1	ANÁLISE DOS SISTEMAS ESTRUTURAIS	U	B	Aprovado	4
2014/1	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO C	A	B	Aprovado	4
2014/1	TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA II	A	A	Aprovado	2
2014/1	ACÚSTICA APLICADA	A	B	Aprovado	2
2014/1	MOBILIÁRIO E COMUNICAÇÃO VISUAL URBANA	A	A	Aprovado	2
2013/1	MORFOLOGIA E INFRAESTRUTURA URBANA	B	B	Aprovado	4
2013/1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS A	U	A	Aprovado	4
2013/1	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE III	B	A	Aprovado	2
2013/1	ARQUITETURA NO BRASIL	A	A	Aprovado	4
2013/1	HABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	B	B	Aprovado	4
2013/1	PROJETO ARQUITETÔNICO IV	C	B	Aprovado	10

2012/2	ESTABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	U	C	Aprovado	4
2012/2	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO B	U	C	Aprovado	4
2012/2	ESTUDOS DE SOCIOLOGIA URBANA	U	B	Aprovado	4
2012/2	PROJETO ARQUITETÔNICO III	C	A	Aprovado	10
2012/2	TEORIAS SOBRE O ESPAÇO URBANO	A	A	Aprovado	4
2012/2	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS B	B	B	Aprovado	2
2012/1	EVOLUÇÃO URBANA	A	A	Aprovado	6
2012/1	RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS PARA ARQUITETOS	B	B	Aprovado	4
2012/1	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO A	U	B	Aprovado	4
2012/1	PROJETO ARQUITETÔNICO II	D	B	Aprovado	10
2012/1	DESENHO ARQUITETÔNICO III	D	B	Aprovado	3
2012/1	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS A	B	C	Aprovado	2
2011/2	MECÂNICA PARA ARQUITETOS	A	B	Aprovado	4
2011/2	TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA I	A	C	Aprovado	2
2011/2	PROJETO ARQUITETÔNICO I	A	B	Aprovado	10
2011/2	DESENHO ARQUITETÔNICO II	A	A	Aprovado	3
2011/2	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA II	A	A	Aprovado	3
2011/1	CÁLCULO E GEOMETRIA ANALÍTICA PARA ARQUITETOS	U	C	Aprovado	6
2011/1	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE II	A	B	Aprovado	2
2011/1	LINGUAGENS GRÁFICAS II	A	A	Aprovado	3
2011/1	DESENHO ARQUITETÔNICO I	A	A	Aprovado	3
2011/1	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA I	B	A	Aprovado	3
2011/1	INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO II	A	B	Aprovado	9
2011/1	PRÁTICAS SOCIAIS NA ARQUITETURA E NO URBANISMO	B	A	Aprovado	2
2010/2	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE I	B	A	Aprovado	2
2010/2	LINGUAGENS GRÁFICAS I	B	A	Aprovado	3
2010/2	GEOMETRIA DESCRITIVA APLICADA À ARQUITETURA	D	A	Aprovado	4
2010/2	MAQUETES	B	B	Aprovado	3
2010/2	TÉCNICAS DE REPRESENTAÇÃO ARQUITETÔNICA	C	B	Aprovado	3
2010/2	INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO I	A	A	Aprovado	9

TRABALHO DE CONCLUSÃO

Atividade de Ensino:	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
Área de Atuação:	ARQUITETURA E URBANISMO
Título:	PROGRAMA HABITACIONAL E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA VILA SÃO PEDRO
Período Letivo de Início:	2016/2
Período Letivo de Fim:	2016/2
Data de Início:	01/08/2016
Data de Fim:	21/12/2016
Tipo de Trabalho:	Trabalho de Diplomação
Data Apresentação:	21/12/2016
Conceito:	-

PORTFÓLIO ACADÊMICO

PROJETO 1
CENTRO COMUNITÁRIO CHÁCARA DAS PEDRAS
PROF. EDSON MAHFUZ E SILVIA LEÃO



PROJETO 2
PAVILHÃO DA REDENÇÃO
PROF. SÍLVIO ABREU

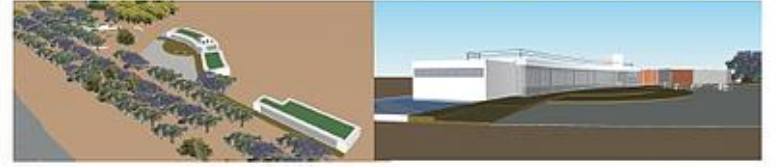


LEGENDA
 1. Pavilhão da Redenção
 2. Estacionamento
 3. Área de lazer
 4. Área de estacionamento
 5. Área de estacionamento
 6. Área de estacionamento
 7. Área de estacionamento

- MATERIAS**
- 1. Cimento
 - 2. Pavimento de pedras de concreto com traço de argamassa e permeabilidade
 - 3. Pavimento de tipo Laje (grelha e cimento)
 - 4. Pavimento de tipo Laje (grelha e cimento)
 - 5. Pavimento de tipo Laje (grelha e cimento)
 - 6. Cimento
 - 7. Argamassa
 - 8. Pavimento com traço de argamassa



O Pavilhão da Redenção do século XXI copõe, juntamente com o novo volume da Associação Recanto da Alegria e o volume de apoios e bar-café, uma serpentina que nasce a partir do eixo de passagem entre o Mercado Bom Fim e o Monumento ao Expedicionário e adentra uma área livre na borda do parque.
 O projeto prevê também uma intervenção urbana em parte do sítio, ajustando formas, equipamentos e materiais pertinentes do século XXI ao desenho já existente do Parque Farroupilha, projetado pelo arquiteto e urbanista Afredo Agache e fundado em uma exposição no ano de 1935.



PROJETO 3

EDIFÍCIO RESIDENCIAL + COMERCIAL
PROF. MAURO DEFFERRARI



PROJETO 4

HOTEL PORTO ALEGRE
PROF. MAURO DEFFERRARI



PROJETO 5

ESTAÇÃO SÃO JOÃO

PROF. LUIS CARLOS MACHI, BETINA MARTAU E SÉRGIO MARQUES



PROJETO 6

VINÍCOLA

PROF. SÍLVIO ABREU, CLÁUDIO CALOVI, GLÊNIO BOHRER E DÉBORA GREGOLETTO



PROJETO 7

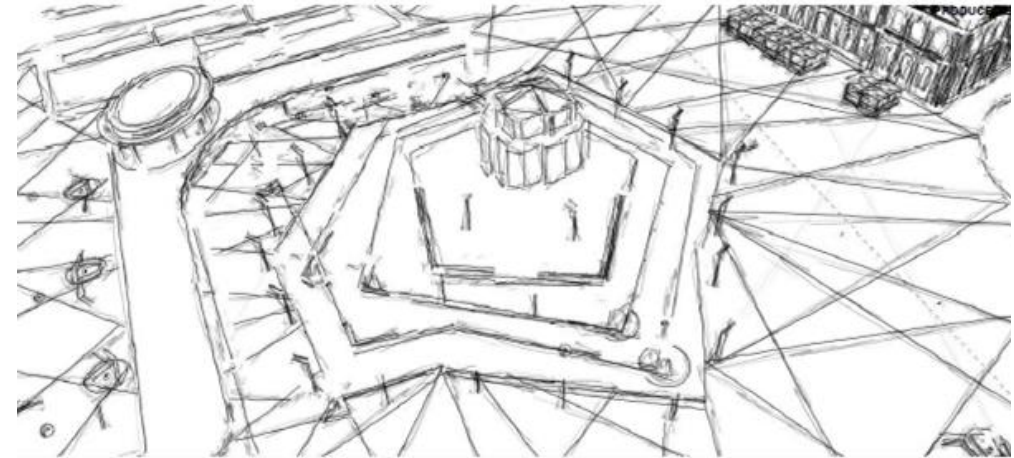
CASA CATA-VENTO

PROF. BENAMY TURKIENICZ, SILVIA MOREL E NICOLÁS PALERMO



URBANISMO 1

REVITALIZAÇÃO PRAÇA XV DE NOVEMBRO+RUA ANDRÉ DA ROCHA+PRAÇA ANDRÉ DA ROCHA
PROF. LÍVIA PICCININI E PAULO REYES



URBANISMO 2

LOTEAMENTO PASSO DAS PEDRAS

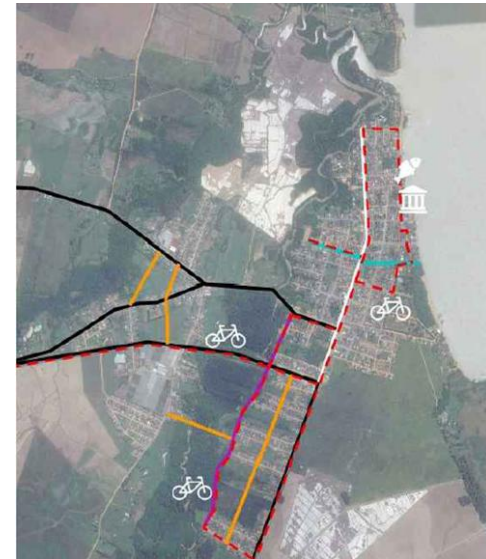
PROF. CLARICE MARASCHIN E JÚLIO VARGAS



URBANO 3

BARRA DO RIBEIRO

PROF. JOÃO ROVATI E LEANDRO ANDRADE



URBANISMO 4

REENCONTRO COM O GUAÍBA

PROF. GILBERTO CABRAL, HELENIZA CAMPOS E INÊS MARTINA LERSCH

